



Revista Historiar

ISSN: 2176-3267

Vol. 17 | Nº. 33 | Jul. / Dez. de 2025

Gabriele da Silva Antunes
Universidade Estadual do Ceará / UECE
gaabsantunes33@gmail.com

“PROFESSORA, A SENHORA TEM UM QUÊ DE TEATRAL”: Corpo e estética na pedagogia feminista negra.

RESUMO

O presente artigo traz uma discussão iniciada na dissertação defendida em abril de 2025, no Mestrado Interdisciplinar em Humanidades (UNILAB). Na ocasião, investiguei a práxis de mulheres negras no ensino superior, e esta pesquisa é o aprofundamento de uma dimensão pouco sistematizada na Pedagogia Feminista Negra: o corpo e a estética de docentes negras. Tenho como objetivo compreender a relevância do corpo e da estética para a prática docente de mulheres negras e, para tanto, elegi o operador teórico da escrivivência (Evaristo, 2020) para discutir as narrativas de três participantes do estudo: Rosa Negra, Ayana e Ayó, bem como entrelaçar minha própria experiência como professora no ensino superior. O aporte teórico conta com estudos de Cida Bento (2020), Grada Kilomba (2019), bell hooks (2013; 2022), Lélia Gonzalez (2020), dentre outras intelectuais negras. Como resultado, destaco que o corpo e a estética são elementos centrais na práxis de mulheres negras, uma vez que esses sujeitos realizam um movimento de insubordinação e questionamento no ambiente universitário, espaço moldado historicamente por e para homens brancos.

Palavras-chave: Pedagogia Feminista Negra; Corpo; Mulheres Negras; Ensino Superior.

“Teacher, you are quite theatrical!”: BODY AND AESTHETIC ON BLACK FEMINIST PEDAGOGY

ABSTRACT

This article presents a discussion that originated in the dissertation defended in April 2025 as part of the Interdisciplinary Master's Program in Humanities at UNILAB. At the time, I investigated the praxis of Black women in higher education, and this current research represents a deepening of an often underexplored dimension within Black Feminist Pedagogy: the body and aesthetics of Black female educators. My aim is to understand the significance of the body and aesthetics in the teaching practices of Black women. To this end, I employ the theoretical framework of *Escrevivência* (Evaristo, 2020) to analyze the narratives of three study participants—Rosa Negra, Ayana, and Ayó—as well as to interweave my own experiences as a university professor. The theoretical foundation draws upon the works of scholars such as Cida Bento (2020), Grada Kilomba (2019), bell hooks (2013; 2022), Lélia Gonzalez (2020), among other Black intellectuals. The findings underscore that the body and aesthetics are central elements in the praxis of Black women, as these subjects engage in acts of insubordination and critical questioning within the university setting—a space historically shaped by and for white men.

Keywords: Black Feminist Pedagogy; Body; Black Women; Superior Education.

Introdução

Este artigo nasce da urgência de escrever (Evaristo, 2020) a experiência docente e os processos de construção de pesquisa a partir da ética da pedagogia feminista negra, enfatizando a dimensão da estética e do corpo. Na ocasião da dissertação defendida em abril de 2025, debrucei-me sobre as práticas docentes de professoras negras do ensino superior, mas não tive o tempo necessário para refletir sobre o que significavam o corpo e a estética como ferramentas da docência afro-feminina. Desse modo, essa discussão é, de certa forma, a continuação do fio condutor que começou em 2023, ocasião da minha aprovação no curso de mestrado.

Segundo dados publicados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em 2016, acerca do Censo da Educação Superior, havia predominância de homens no quadro docente das universidades públicas brasileiras. Esse dado se repete no Censo com dados do ano de 2023, que indica que a maioria dos docentes universitários (53%) ainda são homens, e sua presença é mais expressiva na rede pública de ensino superior. Em ambos os arquivos com notas técnicas, não há indicativo de autodeclaração étnico-racial; o único marcador levado em consideração para a divulgação dos resultados foi o gênero. Isso torna ainda mais complexo mapear ou compreender a presença de mulheres negras no ensino superior a partir de resultados de pesquisas de abrangência nacional, como é o caso do Censo da Educação.

Mesmo sem acessar o recorte racial, isso não impede que se levantem algumas hipóteses acerca dos atravessamentos desse pretenso “perfil docente” que predomina nas instituições de ensino superior do nosso país: historicamente, a escola foi um local criado por e para homens, pois o advento da modernidade europeia concedia aval educacional somente a pessoas do gênero masculino de famílias abastadas. Aliando questões de raça, os meninos e homens negros também foram sumariamente excluídos do processo educacional durante séculos.

Fazendo um exercício de intersecção entre raça, classe e gênero, é sabido que as meninas e mulheres foram sumariamente proibidas de frequentar

a escola e, quando chegaram a esse espaço, seu aprendizado era voltado para as tarefas de cuidado, visando formá-las para serem “boas esposas” (Saffioti, 2013). Isso se aplicava às meninas e mulheres brancas, pois, com a realidade da colonização, o processo de sequestro de pessoas negras da África e as inúmeras formas de violência, as meninas e mulheres negras não eram reconhecidas como sujeitos — quiçá tivessem o direito de ir à escola, ainda que fosse para aprender a cuidar de algo. Na visão colonizadora e racista, o cuidado e a servidão eram intrínsecos à personalidade das mulheres negras, pessoas historicamente violentadas, marginalizadas e excluídas.

Esse retrospecto é importante para frisar que, ainda que seja injusto, não surpreende que os homens acessem de forma majoritária o ensino superior como professores e pesquisadores. O sistema escolar, da forma como foi organizado e se organiza até hoje, privilegia e reconhece sua presença como nata, natural e meritocrática — se eles estão lá, é porque estudaram muito e merecem. Ou seja, esse perfil docente é atravessado por fatores que um gráfico ainda não conseguiu alcançar.

Por esse motivo, tornam-se urgentes, cada vez mais, pesquisas, intervenções e publicações sobre a presença e a práxis de mulheres negras no ensino superior, principalmente aquelas cujas práticas dialogam com teorias sociais críticas, como o feminismo negro ou concepções críticas de educação, a exemplo da pedagogia feminista negra. Por isso, este estudo nasce da seguinte inquietação: qual o lugar do corpo e da estética na docência afro-feminina? Como objetivo geral, desejo compreender a relevância do corpo e da estética para a prática docente de mulheres negras.

Acerca de sua metodologia, o escrito em questão trata-se de uma escrevivência (Evaristo, 2020), um operador teórico criado pela escritora e intelectual negra Conceição Evaristo. Embora enraizada na ficção, a escrevivência tem se mostrado um guia de escrita acadêmica para mulheres negras que desejam tecer diálogos a partir de suas experiências, histórias de vida e das experiências e histórias de vida de outras mulheres negras.

Na ocasião desta pesquisa, busco registrar a existência plural de mulheres negras como docentes no ensino superior e dialogar com as narrativas de três docentes: Rosa Negra, Ayana e Ayó. Elas são professoras efetivas vinculadas ao Instituto de Humanidades (IH) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), localizada no estado do Ceará, com campi nos municípios de Acarape e Redenção. Elas estão identificadas com pseudônimos para a preservação de suas identidades.

Para a coleta de dados com as participantes, realizei três entrevistas semiestruturadas individuais entre setembro e outubro de 2024. Por tratar-se de uma pesquisa de campo na pós-graduação, o projeto foi devidamente aprovado pelo Comitê de Ética da Plataforma Brasil, seguido de leitura, reconhecimento e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido por mim e por cada uma das professoras participantes.

Na ocasião, houve ciência de que os dados seriam utilizados na produção da dissertação e em publicações relacionadas, a exemplo deste artigo. Como apporte teórico, selecionei estudos publicados por intelectuais como Cida Bento (2022), bell hooks (2017), Nilma Lino Gomes (2017) e Carolina Pinho (2022).

Por fim, sinalizo que este artigo se organiza pelas seguintes seções: esta Introdução; Pedagogia Feminista Negra (PFN): pressupostos teórico-metodológicos para a docência afro-feminina; Corpo e estética negra: pluralidade, consciência e empoderamento; “A beleza é um elemento fundamental da minha didática”: o corpo e a pedagogia feminista negra; Considerações finais e as Referências bibliográficas.

PEDAGOGIA FEMINISTA NEGRA (PFN): PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS PARA A DOCÊNCIA AFRO-FEMININA

Lélia Gonzalez (2020), a amefricana, foi muito assertiva ao pontuar que a mulher negra é uma das pessoas mais marginalizadas da sociedade, principalmente quando ela é pobre e/ou habitante de territórios vistos como de risco, a exemplo das comunidades e favelas. Entretanto, nossa história não é forjada somente de dores: desafio qualquer pessoa a pontuar um sujeito mais

inventivo, combativo e estratégico do que a mulher negra! Desde a época do Brasil Colônia, quando criavam estratégias para o cuidado ou libertação de si mesmas ou de pessoas próximas do sistema escravocrata, passando pela atuação histórica no movimento negro, brigando e abrindo espaço na vida pública e política, a mulher negra consegue ser plural, multifacetada e extremamente sábia.

Ao se envolver ou protagonizar lutas pela conquista de direitos sociais negados pelo Estado brasileiro, o movimento de mulheres negras pautou a educação como fundamental para a formação humana plena, aliando as discussões sobre a escolarização da população negra à urgência do combate ao racismo. A escola, para as pessoas negras, é muitas vezes um espaço onde a violência racial acontece (Gonzalez, 2020), onde o acesso não garante a permanência e a aprendizagem plena de pessoas não brancas (Gomes, 2017). Pensando nisso, reivindicar a educação para pessoas negras é pautar a construção de políticas públicas e espaços seguros para os nossos corpos, e isso é constantemente reivindicado por mulheres negras brasileiras.

A atuação em prol de uma educação antirracista é ampla, pois vai desde a disputa por políticas públicas, atos nas ruas, nas secretarias de educação e escolas, até a formulação de conhecimento a partir da experiência de vida da população negra brasileira. Em profundo diálogo com o feminismo negro, com enfoque na escolarização e no acesso à educação, nasce a concepção de educação que hoje nomeamos e conhecemos como Pedagogia Feminista Negra (PFN).

A PFN desponta em 1993, a partir da publicação de Barbara Omolade, em que a intelectual desenha as bases e a possibilidade de uma pedagogia feminista negra no cenário estadunidense. No Brasil, temos Carolina Pinho (2022) como uma das articuladoras do Curso de Extensão Pedagogia Feminista Negra, a publicação de uma obra composta por textos de ex-cursistas e a coordenação da Rede Internacional de Pesquisas em Pedagogia Feminista Negra, fundada em 2023 durante o Congresso Nacional de Pesquisadores Negros, na Universidade Federal de Alagoas (UFAL), em Maceió.

Carolina Pinho (2022) traz como grande contribuição para a PFN a sistematização das bases dessa concepção educacional, que inicialmente conta com dez pontos, a saber: dialética entre teoria e prática; auto-organização como fruto da autodefinição; uso de clássicos da teoria crítica da educação, a partir de interpretações articuladas com a PFN; reconexão com tradições intelectuais subjugadas; paradigma interpretativo baseado na interseccionalidade; teoria do ponto de vista/lugar de fala; experiência vivida como critério de científicidade; assunção explícita de um projeto político de sociedade em prol da luta antirracista; encorajamento do empoderamento como ato político coletivo e compromisso com a justiça social.

A PFN configura-se, portanto, como uma concepção crítica de educação que nasce do saber e das práticas cotidianas de mulheres negras, sendo estas acadêmicas ou não. Seu diálogo com teorias críticas, a exemplo da pedagogia libertadora de Paulo Freire, faz com que colabore de forma assertiva e intencional com a realidade de grande parcela da população negra brasileira, que, na atualidade, ainda lida com a negação de direitos, a violência racial, o abandono por parte do Estado, a miséria, a fome e a solidão. Ao construir a noção de tornar-se sujeito, mulheres negras partem da compreensão de que o racismo é peça-chave que determina quem merece viver ou morrer em nosso país e que, por isso, deve ser nomeado, apontado e profundamente combatido. Aliados a isso, encontram-se a luta de classes, a violência de gênero perpetrada contra mulheres e o acesso, ou não, a determinados territórios e serviços básicos para uma vida digna de ser vivida.

Longe da falácia de que não existe cor ou raça, pois somos todos humanos, a PFN preconiza que a luta por justiça social plena deve acontecer a partir de disputas articuladas, deixando explícito que a revolução é um processo em curso e não um objetivo com linha temporal e espacial delimitada. Por isso, compreendendo que muitas vezes a nossa raça é algo que não conseguimos esconder e que determina o nosso lugar no mundo, é urgente pensar uma pedagogia, escola ou universidade que paute o combate à violência racial como central para uma educação verdadeiramente inclusiva, integral, plural e comprometida com a transformação social plena.

Essa sistematização foi fundamental para que, na ocasião da pesquisa de mestrado, eu pudesse identificar e nomear as práticas das três protagonistas do estudo: Rosa Negra, Ayó e Ayana (nomes fictícios). A partir dessa sistematização, da escrevivência dos dados e da síntese dos achados, nomeei a práxis que sistematizei como Docência Afro-Feminina. Dentre as discussões iniciadas no trabalho de dissertação, houve uma questão que eu não consegui elaborar na ocasião e que, na verdade, só se tornou explícita para mim após minha chegada como professora temporária no curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Ceará (UECE), mas que foi uma chama acesa por uma fala de Ayó (2024), quando ela disse que “a beleza é um elemento fundamental da minha didática”.

Com a faísca inicial e aprofundando leituras de pensadoras negras após a defesa, percebi que a dimensão estética não foi sistematizada de forma intencional na Pedagogia Feminista Negra, e isso é algo com que lidamos todos os dias. Retomando a pesquisa que aponta o homem branco como o representante da docência no ensino público superior brasileiro, temos quase uma antítese estética para discorrer e nos debruçar. Considerando a questão da centralidade da autoestima para a população negra, nosso corpo e nosso estilo inúmeras vezes falam antes de nós ao acessarmos os ambientes.

Quem nunca, ao usar o cabelo trançado, ouviu de alguém a pergunta: “Mas como é que você lava?”? Quem nunca, ao usar roupas com estampas coloridas, ouviu um “Nossa, você é tão exótica”? Ao exercer a docência no ensino superior, isso não é diferente: assim como em outros lugares da sociedade, nosso corpo ainda é vigiado, visto como ameaça (Kilomba, 2019), deslocado no tempo-espacó destinado à branquitude (Bento, 2022), pois:

Apesar de ocuparem os bancos da universidade, na maioria das vezes, este ambiente lhes é hostil. Assim se constituem como indivíduos cuja marginalidade vem proporcionando outro ângulo sobre problemas sociais que a branquitude não seria capaz de resolver (Pinho, 2022, p. 25).

Por esses motivos iniciais, falar abertamente sobre a posição que ocupamos, refletindo a partir do nosso corpo e de nossa estética, é fundamental

para compreender os impactos em nossa práxis e nomear acontecimentos em nosso cotidiano docente. E esse exercício de nomeação pede que a estética seja um ponto a ser abordado.

CORPO E ESTÉTICA NEGRA: PLURALIDADE, CONSCIÊNCIA E EMPODERAMENTO

De forma ampla, na cosmovisão africana, o corpo é o elemento fundamental onde pulsa a vida e não pode ser dissociado da mente, do espírito e da comunidade. Com o nosso corpo, dançamos, comemos, celebramos, deitamo-nos, ensinamos, aprendemos, sentimos e fazemos sentir. Esse pertencimento corporal, entretanto, vivencia diferentes tratamentos a partir de questões raciais, de gênero, classe, território, religião, sexualidade... Existe um “corpo ideal” e, na ótica de uma sociedade racista, o negro não se encaixa nisso.

Sequestrado, confinado, açoitado, violentado, queimado, marcado, encarcerado, silenciado, vigiado... na história brasileira, o corpo negro não é visto como ideal. Com base em pressupostos racistas, nossos corpos são rotulados de forma violenta: sujo, inadequado, feito para aguentar as maiores cargas de trabalho sem se queixar, hipersexualizado, animalizado, fetichizado. Se fôssemos seguir somente o olhar branco acerca dos nossos corpos, nunca teríamos vivenciado conquistas de nossa população ou construído relações saudáveis com quem somos, nunca teríamos desenvolvido um olhar amoroso sobre nossas comunidades e nossos corpos.

O corpo, seu movimento, suas cores, suas características falam sem a necessidade de palavras. Comunica quem pode chegar ou não, quem é bem-vindo/a, quem pertence, quem transita com liberdade. Por isso, pessoas negras construíram formas alternativas de cuidado e relação com o corpo, e isso passa pela estética: as tranças, os tecidos ricos em cores e padrões geométricos, os adereços, o cuidado e a aceitação dos cabelos com diferentes curvaturas... tudo isso informa mais do que podemos imaginar de forma vã, quase ingênua.

Lélia Gonzalez (2020) e Cida Bento (2022) refletem acerca da estética negra ou do que se almeja enquanto boa aparência para ocupar postos de

trabalho, como a recepção de casas ou empresas. As autoras, cada uma em sua obra, elucidam que a boa aparência nada mais é do que características associadas à branquitude (Bento, 2022): cabelos lisos, pele clara ou branca, nariz “fino”. Aprofundando e trazendo para a atualidade, meninas e mulheres estão sendo cada vez mais bombardeadas com modelos estéticos que preconizam a “limpeza”, a “naturalidade”, os cabelos sem frizz ou muito domados com gel – a tal estética *clean girl*, ou “garota limpa”, em tradução livre. Navegando nas redes sociais ou lendo revistas de moda e tendência, fica óbvio: a “garota limpa” nada mais é do que uma menina ou mulher branca.

Na contramão da perspectiva racista sobre nós, a cosmovisão africana e o pensamento de mulheres negras preconizam a construção de relações saudáveis com nossos corpos e nossas mentes a partir de um conhecimento transformador acerca da história dos/as nossos/as ancestrais e da valorização de nossos saberes e atributos físicos, que são diversos, pois “o corpo é o elo entre a espiritualidade que habita os céus e a ancestralidade que está simbolizada no chão. Nosso corpo é a própria árvore que circula, mantendo em equilíbrio o movimento da natureza” (Ferreira, 2021, p. 119).

Abordar o corpo na educação é também lembrar das pedagogias tradicionais que insistem em nos colocar em fileiras, determinar horários fixos para comer, brincar, perguntar, responder, se movimentar, beber água, ir ao banheiro, se comunicar com alguém na sala de aula. Dialogando com os saberes de Tássio Ferreira, é importante destacar que:

A escolarização ocidental tentou implantar o modus operandi de aprender pela via única e exclusiva do intelecto, em desconexão total com o seu corpo. O que se propõe aqui é que o corpo seja a principal via de conexão com o conhecimento e que por ele se deixe atravessar em conexão com o mundo, estabelecendo, assim, uma personalização do que se aprende a partir das próprias referências e de como o corpo do outro dialoga com o meu aprender (Ferreira, 2021, p. 118).

Portanto, na sociedade de forma ampla e na escola de forma específica, o corpo – principalmente o não branco – é visto como algo a ser domesticado, compartimentado, individualizado, quiçá monetizado. Na tradição intelectual negra, o lema “Negro é lindo” torna-se um lembrete do exercício de

empoderamento coletivo, da construção de um senso de valor próprio (Collins, 2017) enraizado na negação dos estereótipos racistas e no exercício de autoamor (hooks, 2020).

Nas palavras de Nilma Lino Gomes:

Aos poucos, no Brasil, ter um corpo negro, expressar a negritude começa a ser percebido socialmente como uma forma positiva de expressão da cultura e da afirmação da identidade. Essa percepção passa de um movimento interno construído no seio da comunidade negra – não sem conflitos e contradições – para um movimento externo de valorização da estética e da corporeidade negra no plano social e cultural – também não sem conflitos (Gomes, 2017, p. 94-95).

Ainda abordando o pensamento de Nilma Lino Gomes, a autora destaca duas categorias fundamentais para pensar o corpo negro na sociedade: o corpo regulado e o corpo emancipado. O corpo regulado diz respeito a um corpo estereotipado, não humanizado, a antítese da perfeição que se propõe a ser o corpo branco. Já o corpo emancipado disserta acerca de sujeitos que se afirmam de forma libertadora, artística, expressiva, ancestral, a partir de seus cabelos, roupas, expressões culturais e políticas (Gomes, 2017). É importante destacar que essa transformação não acontece de forma individual, pois o Movimento Negro Unificado (MNU) foi um dos principais responsáveis por ressignificar o ser negro/a no Brasil, colocando a pessoa negra no lugar da beleza e dando contornos políticos à expressão “beleza negra”.

De modo geral, ser uma pessoa negra na sociedade brasileira é, continuamente, lidar com desafios, exclusões e, sem exagero, desafiar a morte. Lembro-me de quando eu era criança, crescendo com muitos primos, da preocupação das nossas mães e da nossa avó para que nós não saíssemos de casa desarrumados. A estética, para a população negra, pode ser um sinônimo de passabilidade ou não: um negro arrumado, a depender do lugar, pode até ser lido como quase branco. Isso porque associaram nossa raça ao desprestígio, à feiura, à sujeira.

Mas nós estamos aqui, com a força da ancestralidade, para questionar a norma imposta. E isso inclui observar que nossas práticas, enquanto mulheres

negras que dialogam com a práxis de outras mulheres negras, têm o diferencial de não negar o corpo e o movimento em detrimento do dito “trabalho intelectual”.

Refletir acerca do lugar do corpo na docência é recuperar reflexões feitas por bell hooks em *Ensinando a Transgredir* (2013). Segundo ela:

Formados no contexto filosófico do dualismo metafísico ocidental, muitos de nós aceitamos a noção de que existe uma cisão entre o corpo e a mente. Crendo nisso, as pessoas entram na sala para ensinar como se apenas a mente estivesse presente, e não o corpo (hooks, 2013, p. 253).

A universidade, que ainda é sustentada por pilares do pensamento branco, masculino e ocidental, preza pela intelectualidade. Isso tem raízes mais profundas, sobre as quais podemos discorrer brevemente: a intelectualidade, com o advento da colonização que resultou em violentas classificações e divisões de raça, classe e gênero, foi uma estratégia que aliou a invasão e o domínio físico de territórios e pessoas à subordinação intelectual como forma de alçar o continente europeu ao lugar de berço do saber e da erudição.

Porém, apesar de parecer que somente o intelecto é/era relevante para alçar alguém ou um grupo à posição de poder, os mecanismos da branquitude (Bento, 2020) operam com uma pretensa sutileza de que a aparência, a estética, o corpo não são elementos assim tão importantes. Em contrapartida, qualquer pessoa que desvie da norma estética aparentemente aceita para exercer o lugar da intelectualidade é vista como “O Outro”.

E quais seriam os códigos ou a norma estética da branquitude que, em tese, privilegia a mente e não o corpo? Todo o discurso criado em torno da tal neutralidade, das roupas sóbrias, muito recatadas, sempre abotoadas e com poucas estampas. Os cabelos? Sempre alinhados, quase que domados. No caso dos professores e intelectuais homens, nota-se o quase descaso com a própria imagem, com a condição de que sua autoridade continue sendo o principal elemento de sua práxis (hooks, 2013).

A ressignificação de ser negro, que tem suas raízes nas primeiras lutas pela libertação e pelo bem-viver dos povos que foram sequestrados e escravizados por colonos de países europeus, desafia as ditas normas estéticas

e comportamentais a serem seguidas para que alguém tenha sua humanidade reconhecida – em outras palavras, quer dizer que, mesmo que você não seja uma pessoa branca, precisa se esforçar para se comportar ou parecer como tal, através de comportamentos como diminuir o tom de voz ao falar e rir, conter a própria expressão corporal e seus movimentos, vestir-se de forma “recatada”, “respeitosa” e até mesmo alisar os cabelos.

Ressignificar e reivindicar outras formas de existir enquanto pessoa negra faz parte do movimento de recuperar tradições ancestrais que incluem não ter vergonha de reconhecer, movimentar e adornar o corpo, descobrir outros senso estéticos e não renunciar a isso nem mesmo ao ocupar lugares ditos de “intelectualidade”. Não sei se a branquitude já entendeu, mas, se for preciso, vou desenhar: nosso corpo, nossas roupas, nossos modos plurais de comunicação não cabem no confinamento da neurose branca (Gonzalez, 2020) colonial.

Essa discussão sobre corpo e mente é pautada cotidianamente ao propor uma experiência feminista negra em sala de aula ou em modos de construir saber e ciência. Mais uma vez, dialogando com bell hooks, pois ela diz que:

[...] Um dos incômodos silenciosos que rodeiam o modo como um discurso sobre raça e gênero, classe social e prática sexual perturbou a academia é exatamente o desafio a essa cisão entre mente e corpo. Quando começamos a falar em sala de aula sobre o corpo, sobre como vivemos no corpo, estamos automaticamente desafiando o modo como o poder se orquestrou nesse espaço institucionalizado em particular. A pessoa mais poderosa tem o privilégio de negar o próprio corpo (hooks, 2013, p. 182-183).

Desse modo, em diálogo com os pressupostos da PFN, compreendo a dimensão do corpo como algo fundamental para registrar, sistematizar, compreender e anunciar as transformações que a práxis de mulheres negras engajadas pode realizar no ensino superior. E são as narrativas dessas docentes que iremos acessar na próxima seção.

“A BELEZA É UM ELEMENTO FUNDAMENTAL DA MINHA DIDÁTICA”: O CORPO E A PEDAGOGIA FEMINISTA NEGRA

Desafiando a norma e os desafios já elencados, as mulheres negras tornam-se professoras universitárias. O que, para pessoas brancas, é sinônimo de prestígio puro, para nós vem imbuído de muitos desafios, e a busca por reconhecimento é um deles. Sabendo que essa valorização pode não chegar até nós, porque a régua da branquitude é feita para que nós não a alcancemos, a práxis feminista negra se fundamenta em uma ação fundamental que Patricia Hill Collins (2019) nomeou como “autodefinição”. Segundo a autora, a autodefinição é o exercício de construir, de forma subjetiva e coletiva, um senso de valor próprio que coloca a experiência da mulher negra no centro do debate e das reivindicações por justiça social plena (Collins, 2019).

Em ambientes hostis, onde prevalecem estratégias de opressão racistas, sexistas, classistas e até LGBTfóbicas, a autodefinição é uma das estratégias que nos mantém conscientes da nossa grandeza, dos nossos feitos e da caminhada das nossas ancestrais para que pudéssemos estar aqui hoje.

Na ocasião da minha pesquisa de mestrado, a autodefinição entrou em cena o tempo todo, mas se tornou especialmente significativa ao falarmos sobre a práxis docente das três mulheres negras: Rosa Negra, Ayana e Ayó.

Ao falarmos sobre a dimensão corporal e da representatividade em sala de aula, Rosa Negra lembrou de um episódio doloroso de sua infância:

Eu lembro de uma foto que eu tirei na escola... eu rasguei porque eu ficava, “meu Deus, que cabelo horrível! Ninguém cuidava do meu cabelo, né? E de você começar a perceber as crianças também indo para a aula com o cabelinho solto, cabelinho que ela não precisa estar amarrando, puxando. Tive muitas alunas que faziam isso. Puxavam o cabelo. Que eu ficava só pensando na dor de cabeça. E que agora elas conseguem entender que ela pode deixar o cabelo solto. Que o cabelo dela não vai incomodar ninguém. E que, se incomodar, que posso fazer nada. É meu cabelo. Essa coisa do cabelo, principalmente, tem sido uma das atividades que mais impactam (Rosa Negra, 2024).

A dimensão do cabelo (que foi bastante abordada por intelectuais como Nilma Lino Gomes) é uma das principais questões para a comunidade negra, pois, na maioria das vezes, a curvatura do nosso cabelo é vista como uma estética indisciplinada, que precisa ser domada. A percepção de Rosa Negra só foi mudar na vida adulta, quando ela passou pelo processo de se autodeclarar

uma mulher negra e passou a usar seu cabelo cacheado natural. Essa ação não foi individual, conforme ela relata: ainda hoje, nas salas de aula, atividades que envolvem o cabelo cacheado ou crespo de pessoas negras impactam o cotidiano das turmas, promovendo valorização e reconhecimento.

O cabelo também surgiu na fala de Ayana ao relatar sua experiência como estudante/professora guineense no Brasil, mais precisamente entre Redenção, Fortaleza e Belém:

Quando eu estava no doutorado, agora que eu estou com o dread, eu mudava o meu cabelo diariamente. Eu estava com tranças vermelhas, de cores que você possa imaginar. Isso nunca foi um problema para mim. E agora, sendo professora, é uma coisa engraçada: a turma não percebeu que eu tava no grupo de WhatsApp da disciplina. E eu nem olhava, na verdade, eu só entrei e esqueci. Aí um dia eu tava assim, deitada na rede mexendo no celular, e vi o grupo. Falei “vou ver as mensagens” e era a turma falando sobre as aulas e sobre mim (risos). Não tinha nada ruim, assim, nada demais. Mas eu vi muitos comentários tipo “olha a saia que Ayana veio hoje, que linda” ou “tu viu, fulana, a sandália da professora?” “E o cabelo dela, viu o penteado?”. Então você vê que não é imperceptível o jeito que você chega na sala de aula, e, no geral, eu me sinto muito bem nesse ambiente (Ayana, 2024).

A professora negra, ainda que tentasse, jamais passaria despercebida no ambiente universitário. E, nesse caso, o motivo está na contracorrente da violência: existe um reconhecimento e admiração do senso estético da professora, sobre a forma como ela chega na sala de aula, as roupas que escolhe para ministrar a aula naquele dia.

Na trilha da PFN, rememoramos o quanto a beleza negra vai para além de um rótulo ou de um produto, mas é fruto de um movimento coletivo de recuperação de heranças e referências, do resgate de tradições como as tranças e os dreads, do orgulho de assumir os cabelos com curvaturas e não se preocupar em “domá-los”.

A professora negra engajada, ainda que não vá salvar o mundo ou resolver todas as suas mazelas, torna-se parte de um movimento de afirmação e potencialidade que foi iniciado pelas nossas ancestrais e que culminou, por exemplo, em conquistas como a política de cotas (Leis nº 12.711/2012 e 15.142/25), que indubitavelmente promoveu o acesso e a permanência de

mulheres negras na universidade, seja como professoras ou como alunas, na última década (Guedes, 2008).

Sendo um corpo-movimento-pensante na sala de aula, Ayó também abordou o lugar da beleza e do prazer no processo de ensino e aprendizagem:

Eu monto uma aula para isso, para viver o prazer da aula, então tudo na minha aula é pensado até a roupa que eu vou, tipo assim, a estética, a minha estética de professora, ela é pensada. A beleza, para mim, é um elemento fundamental da minha didática: a beleza, o tempo, o entusiasmo, o prazer, então tudo é pensado. Às vezes, quando eu vou, quando é um dia que eu estou cansada, que eu vou de qualquer jeito, geralmente minha aula é uma bosta, porque nem eu estou gostando de mim, nem eu quero me ver, quanto mais os outros, então faz parte (Ayó, 2024).

Ayó relata a consciência de construir o que ela nomeia como “estética de professora” e em como isso traz questões práticas sobre sua autoestima: em dias em que ela não está bem, o desejo de se vestir, se arrumar, fazer o percurso até a UNILAB perde força, então sua aula também sofre esse impacto. Isso dialoga muito com a noção da pedagogia feminista negra de negar a cisão entre corpo e mente, como se, uma vez que entramos em sala de aula, precisássemos deixar todas as nossas questões pessoais, existenciais e sociais no corredor

É interessante, inclusive, porque, no período em que fui estudante na UNILAB, eu era participante assídua nas aulas de Ayó, e sua presença em sala de aula é algo muito marcante. Ela é uma professora que dá gargalhada, que consegue transitar do discurso comum à ironia com responsabilidade e zelo, que nos incentivou a vivenciar as experiências propostas sem medo. E, na ocasião das entrevistas, eu tive a certeza do que suspeitava: que tudo era intencional, que fazia parte da didática dela, que havia outras formas de ser professora.

Atualmente, como professora universitária, penso muito em Ayó quando estou escolhendo a roupa para ir trabalhar. Nos primeiros meses, o sentimento que predominava era: “Eu vou bonita hoje para as turmas saberem que eu me importo com elas, que a beleza é importante na sala de aula, que eu não sou só um cérebro que sabe todas as respostas”.

Com o decorrer do semestre, comecei a perceber que a questão da vestimenta tinha outro peso por eu ser uma jovem professora negra: nos dias em que vou mais despojada (de camiseta, jeans e tênis, por exemplo), são dias em que sou menos tratada como professora, principalmente por pessoas nos setores administrativos da universidade e até por colegas de trabalho. Escolher a roupa, os acessórios, a forma como uso meu cabelo passou a ser um exercício de afirmação do lugar que ocupo enquanto professora. Tornou-se parte de uma autodefinição (Hill Collins, 2019).

Entretanto, algumas experiências mostraram que, independentemente da roupa que eu usar, vou continuar sendo questionada no lugar de professora não apenas por ser jovem — porque nós temos, na UECE, muitas jovens professoras brancas — mas, principalmente, por ser negra.

Um dia, enquanto esperava um documento em um dos setores administrativos da universidade, uma funcionária se aproximou de mim e esticou a mão para tocar no meu cabelo, que estava com um volume bonito e notável. Eu, rapidamente, disse que ela não tocasse no meu cabelo. Como resposta, ouvi: "Mas é porque tu tem tanto cabelo, mas ele parece tão leve, parece uma nuvem". Eu disse que, mesmo ela querendo muito, não tocasse no meu cabelo ou teríamos um problema. Não satisfeita, ela tentou tocar o quimono que eu estava usando. Nesse dia, fui atingida de forma muito brutal pela percepção nua e crua de que, mesmo na posição de professora universitária, meu corpo ainda era visto como um território a ser invadido.

Como sempre, em momentos de crise, me voltei para o pensamento feminista negro em busca de suporte. E percebi que minha beleza e meu cuidado estético nunca seriam suficientes para a hierarquia universitária, mas que deveriam me fazer bem e impactar onde mais me importava: a sala de aula.

Foi em um desses momentos formativos que ouvi de uma estudante que minha forma de ministrar aula é "teatral": citou as roupas com tecidos fluídos e leves, os movimentos pela sala de aula, os cabelos soltos e a forma de explicar um conteúdo como se contasse uma história. Registrei a experiência no meu diário de docência e fiquei tão emocionada com aquilo que lembrei imediatamente dela, bell hooks, pois ela nos diz que:

Ensinar é um ato teatral. E é esse aspecto do nosso trabalho que proporciona espaço para as mudanças, a invenção e as alterações espontâneas que podem atuar como catalisadoras para evidenciar os aspectos únicos de cada turma (hooks, 2013, p. 21).

Conviver com docentes negras, conversar com as três mulheres e ser colega de trabalho de uma professora negra engajada tem me mostrado cada vez mais o que Ayó pontua: que a beleza é um elemento fundamental da docência afro-feminina. E que essa beleza vai além de uma noção estética: tem a ver com a nutrição do nosso corpo e da nossa mente por completo. É não negar o cuidado, o descanso, não ter medo de pedir ajuda. Assumir nossos cabelos, desfilar com nossas roupas coloridas ou respeitar as sextas-feiras, em que se usa branco nas religiões de matriz africana.

Por fim, a dimensão corporal na pedagogia feminista negra é sobre recuperação, autocuidado — como nos ensinou Audre Lorde (2019) —, autoamor (hooks, 2022) e acolhimento. Rosa Negra é assertiva quando pontua que:

Enfim, percebi isso, que nós precisamos, nós entendemos, nós fomos sempre educadas pra ser muito rigorosas com a gente mesma. Muito rigorosas. E a gente entender que a gente precisa desse relaxamento pra o bem do nosso corpo, pra o bem da nossa mente (Rosa Negra, 2024).

A pedagogia feminista negra, que fundamenta nossa docência afro-feminina, não descarta a importância de reconhecermos e anunciartermos a presença dos nossos corpos para além da sexualização ou opressão. Plurais e diversas, as docentes negras engajadas têm negado a pretensa dissociação entre a intelectualidade e a corporeidade, pois nossas ancestrais vieram de lugares onde o tambor, a dança e a oralidade sustentavam o cotidiano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste artigo, trouxe à discussão a dimensão da estética e do corpo na Pedagogia Feminista Negra, uma concepção de educação fundamentada a partir das experiências, saberes e práticas de mulheres negras. Utilizando o operador teórico da Escrevivência (Evaristo, 2020), recuperei as narrativas de três professoras negras do ensino superior que participaram da minha pesquisa na ocasião do mestrado, no ano de 2024. Foram elas: Rosa Negra, Ayó e Ayana.

Nas narrativas das professoras a dimensão da estética e da beleza emerge de diferentes formas, a citar: a questão do racismo e como isso afeta a autoimagem, no relato em que Rosa Negra rasgou sua própria foto; na valorização da estética negra no relato de Ayana e no reconhecimento da beleza como elemento da didática, por Ayó. Para as mulheres negras, abordar a estética é falar diretamente sobre o corpo negro, corpo esse que durante séculos foi perpetrado por violências que ainda insistem em nos atingir. E na sala de aula não seria diferente, principalmente ao abordar a práxis de sujeitos que, para a academia ocidental e excludente, não deveriam ocupar o lugar de professora universitária.

Entretanto, com o fundamento da Pedagogia Feminista Negra, é possível conjecturar e dar vida a práticas que reconhecem o corpo como elemento importante na sala de aula e que não existe hierarquia entre ser um corpo que pensa e um corpo que sente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENTO, Cida. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BERTH, Joice. *Empoderamento*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- BRASIL. LEI Nº 12.711, DE 29 DE AGOSTO DE 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em:

http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao/lei%2012_711-2012?OpenDocument. Acesso em: 20 set. 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo da Educação Superior 2016. Brasília, DF: Inep, 2017.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo da Educação Superior 2023: notas estatísticas. Brasil, DF: Inep, 2024.

COLLINS, Patricia Hill. Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e política de empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.

EVARISTO, Conceição. A Escrevivência e seus subtextos. In: Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. DUARTE, Constância Lima, NUNES Isabella Rosado (Org). 1. ed., Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GONZALEZ, Lélia. RIOS, Flavia (Org.). Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos. 2020, Rio Janeiro: Zahar.

HOOKS, bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

HOOKS, bell. Tudo sobre o amor: novas perspectivas. São Paulo: Elefante, 2022.

KILOMBA, Grada. Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LORDE, Audre. Os usos da raiva: mulheres negras reagem ao racismo. In: Irmã Outsider: ensaios e conferências. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

PINHO, Carolina. Pensamento feminista negro como orientação teórico-metodológica de uma pedagogia revolucionária. In: PINHO, Carolina; MESQUITA, Tayna (Org). Pedagogia feminista negra: primeiras aproximações. São Paulo: Veneta, 2022.

Gabriel da Silva Antunes

Moradora do grande Mucuripe. Neta da dona Raimunda Amaro da Silva. Ciclista. Pedagoga feminista negra. Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Professora temporária do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Ceará. Mestra pelo programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (MIH/UNILAB). Coordenadora e fundadora do Coletivo Mapinduzi - Grupo de estudos e pesquisas sobre pedagogias feministas negras. Coordenadora de Comunicação na Rede Internacional de Pesquisas em Pedagogia Feminista Negra (RIPFN) Nível Superior – CAPES.

Curriculum Lattes:

<http://lattes.cnpq.br/5193924085316983>
